

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICIPIO**



**RELATÓRIO DA AUDITORIA
GERAL SOBRE AS CONTAS
CONSOLIDADAS DO
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
CANTAGALO - RJ
EXERCÍCIO DE
2019**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

TCE-RJ
Fls. 1874
No. Processo: 210908-0/2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

2019

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito

Valdevino Moura Zanon
Vice-Prefeito

Marilda Guimarães Lima
Controladora-Geral do Município/Responsável pela UCCI



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

TCE-RJ
Fls. 1875
No. Processo: 210908-0/2020

MARILDA GUIMARÃES LIMA
Controladora Geral do Município

JANAINA GONÇALVES BARBOSA ZANIBONI
Auditor Técnico

ROAN LUTTERBACK SAUERBRONN
Assessor

ELABORAÇÃO
Marilda Guimarães Lima

Informações:
Tel: (22) 2555-4204
Fax: (22) 2555-4887
Correio Eletrônico:
controleinterno@cantagalo.rj.gov.br

Praça Miguel de Carvalho, n.º 65 - Centro
Cantagalo – RJ - CEP: 28500-00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral do Município (CGM), Órgão Central de Controle Interno, conforme disposição contida na Lei Municipal nº 403 de 09 de dezembro de 1999, revogada pela Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011 que criou a Controladoria-Geral do Município, apresenta o Relatório da Auditoria Geral do Estado Sobre as Contas Consolidadas do Governo do Município de Cantagalo.

Este relatório constitui peça obrigatória a integrar a Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Executivo do Município, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta Prestação de Contas será apresentada pelo Excelentíssimo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro TCE-RJ.

Como é sabido, o Município enfrentou uma crise financeira em decorrência da recessão que assolou país e alguns Estados, inclusive o Rio de Janeiro, impactando negativamente na sua gestão financeira, patrimonial, orçamentária, entre outras, com reflexos em todos os seguimentos em que atua na execução de políticas públicas.

Neste contexto, no exercício de 2019 houve uma reação positiva na arrecadação e um trabalho de controle nas despesas crescentes que foram diretamente submetidas a um desafio de redesenho fiscal, produzindo efeitos necessários para a acomodação das obrigações, que no caso das contas em apêço impactaram positivamente no limite de gastos com pessoal, além de repercutir nos recursos para a manutenção operacional dos órgãos e entidades, contribuindo inclusive com os trabalhos de auditorias desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Município de Cantagalo.

Embora o atual ambiente econômico tenha mostrado uma melhora, converge ainda para um esforço de todo o Município em prosseguir na busca de caminhos de reestruturação organizacional, de equilíbrio e solidez fiscal que venham a atender e honrar as necessidades da população cantagalense.

De todo modo, a Controladoria-Geral do Município se manteve empenhada em executar o seu papel institucional, ciente que muito ainda temos que avançar no fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Município, pois acreditamos que assim contribuiremos ainda mais para o Governo do Município.

O Relatório da Controladoria Geral sobre as Contas Consolidadas tem que ser um instrumento que auxilie na transparência dos gastos governamentais, com o objetivo de evidenciar os resultados alcançados na execução orçamentária.

Ressalto, também, que este trabalho será divulgado pela internet, no sítio da Prefeitura. Isso contribuirá, ainda mais, para a transparência das políticas implementadas, disponibilizando as informações sobre a aplicação dos recursos públicos Municipais para a sociedade.

MARILDA GUIMARÃES LIMA
Controladora-Geral do Município



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL NO EXERCÍCIO DE 2019

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CGM vem, mais uma vez, em cumprimento Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011, emitir opinião acerca das contas consolidadas do Governo do Município de Cantagalo.

A nossa opinião está embasada no acompanhamento que realizamos ao longo do ano a partir da análise mensal dos documentos que nos são enviados por diversos órgãos e entidades do Município.

Os capítulos deste relatório mostrarão os resultados do trabalho que realizamos. Antes, neste capítulo, relataremos, de forma resumida, as nossas principais atividades desenvolvidas e os resultados decorrentes, além de um breve comentário sobre a auditoria operacional realizada pelo TCE-RJ nesta CGM.

1.2 RECURSOS HUMANOS DA CGM

A CGM, no exercício de 2019, contou com a força de trabalho de 03 colaboradores, dos quais 02 são servidores aprovados e nomeados por meio de concurso público e 01 é comissionado, conforme quadro abaixo:

Quantitativo de Pessoal da CGM

CARGOS		LOTAÇÃO			
		2016	2017	2018	2019
EFETIVOS	Controladora Geral	1	1	1	1
	Auditor Técnico	1	1	1	1
COMISSÃO	Assessor	1	1	1	1
Total		3	3	3	3

1.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Por força da Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011, cabe a CGM, como órgão integrante do Sistema de Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro, o exame de prestações e tomadas de contas de gestores dos Fundos e Autarquia responsáveis por bens, numerários ou valores do Município.

No exercício de 2019, o quantitativo de processos analisados e demais atividades se encontra demonstrado no Quadro abaixo, em termos absolutos e na série histórica 2016-2019.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Atividades realizadas na série histórica 2016-2019

Modalidades	2016	2017	2018	2019
Análise de processos com expedição de parecer	3666	431	2834	985
Atendimentos a órgãos e Entidades do Poder Executivo Municipal	498	561	453	419
Auditorias	03	02	03	12
Certificação de Prestação Contas Bens Patrimoniais	06	06	06	06
Diligência TCE/RJ	45	56	57	59
Diligência Ministério Público	-	-	01	01
Edição de Instruções Normativas	02	02	02	-
Monitoramento de cumprimento de determinações TCE-RJ	35	48	30	20
Monitoramento de Plano de Ação do TCE-RJ	12	15	15	08
Ofícios, Memorandos e e-mail's	55	48	43	58
Participação da CGM em cursos e seminários	05	06	04	03
Reunião sobre normas de controle	04	03	03	10
Tomada de Contas	02	01	-	-
Visitas Técnicas a órgãos e entidades municipais	03	05	05	04
Total				

Em termos de emissão de opinião, a maioria dos processos precisa ser certificada por força dos marcos regulatórios que disciplinam a questão, que preconiza que os certificados de auditoria e/ou pareceres sejam classificados como regular, regular com ressalva e irregular.

1.4 ATUAÇÃO E GESTÃO POR RESULTADOS

No período de 2016 a 2019 como parte de nosso planejamento estratégico, nossas rotinas passaram a ser introduzidas por meio de Instruções Normativas, sendo possível a elaboração de Plano de Auditoria Anual, *check list* para análise de processos de despesa e liquidação, normas e procedimentos de contabilidade, sendo ferramenta muito importante para a ampliação e aprimoramento das ações de controle.

Apresentaremos um resumo dos nossos principais resultados, relacionados às nossas atividades e estratégias que visaram expandir, integrar, modernizar e consolidar ações de controle interno e auditoria, de modo que a boa e regular execução de tais objetivos e ações possibilitassem o atingimento do resultado que é auxiliar a Gestão Pública no cumprimento de sua missão institucional. Os objetivos e ações são:

- Reduzir o tempo médio de permanência de processos na CGM;
- Intensificar e Aperfeiçoar a avaliação dos controles internos;
- Aperfeiçoar o processo de planejamento anual de auditoria;
- Refinar o papel e função da atividade de Auditoria Interna;
- Aumentar o grau de implementação de recomendações feitas pela CGM aos órgãos/entidades;
- Exercer assessoria técnica;
- Intensificar as auditorias;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

- Ampliar a transparência e fomentar o controle social;
- Aperfeiçoar a transparência, facilitando o acesso da informação para o cidadão;

1.5 AUDITORIA OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE-RJ

O TCE-RJ, no exercício de 2013, realizou uma Auditoria Operacional na Prefeitura de Cantagalo, com o objetivo de avaliar o seu sistema de controle interno, relativamente às suas condições de organização e funcionamento bem como sua atuação sobre a execução dos contratos, apontando, em síntese, as principais ocorrências identificadas pelos técnicos do Tribunal conforme processo TCE-RJ nº 238.023-9/13:

- 1) Precariedade da estrutura e funcionamento do órgão central de controle interno;
- 2) Fiscalização contratual irregular;
- 3) Liquidação irregular da despesa;
- 4) Inconsistência no controle de bens permanentes;
- 5) Inconsistência no controle de bens de consumo;

Ato contínuo, houve **monitoramento** na **Prefeitura Municipal de Cantagalo**, entre os dias 20 e 24.06.2016, com o objetivo de verificar o saneamento de achados de auditoria referentes ao tema Controle Interno, constante do Plano Anual de Auditoria Governamental – PAAG, para o exercício de 2013.

Em última oportunidade, no processo referente a Prestação de Contas do Ordenador de Despesas 2015, n.º 808.225-7/16, foram solicitadas comprovações das medidas efetivamente adotadas em decorrência da implementação do Plano de Ação proposto no processo 238.023-9/13, o que foi informado por meio do Ofício CGM n. 10/2017 (cópia em anexo).

Desta forma, temos que as solicitações feitas pelo TCE no Relatório de Inspeção foram integralmente cumpridas, ou seja, as ações contempladas no Plano de Ação para aprimoramento do Controle interno foram devidamente implementadas.

Por derradeiro, a CGM vem investindo no amadurecimento dos seus processos de modo a efetivamente cumprir a sua missão que é fortalecer os controles internos com atividades de auditoria, de forma ética, transparente e sustentável visando ao aperfeiçoamento da gestão pública e ao fomento ao controle social.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

CAPÍTULO 2

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019

2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

O art. 165 da Constituição Federal de 1988 indica que o Poder Executivo, por meio de leis de sua iniciativa, estabelecerá os instrumentos de planejamento e controle governamental, são eles:

2.1.1 Plano Plurianual - PPA

O Plano Plurianual – PPA da Prefeitura para o período de 2018-2021 foi instituído pela Lei nº 1.363, de 08 de novembro de 2017, publicada na edição 415 do Jornal “O POPULAR”, em 28 de novembro de 2017 e terá sua programação revista anualmente, possibilitando a incorporação de novas políticas ou realinhamento das existentes, bem como o redimensionamento das metas físicas e financeiras previstas ao longo de sua vigência.

2.1.2 Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO

A Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO deve estabelecer as metas e prioridades da administração pública, de forma a orientar a elaboração do orçamento anual.

A Lei Municipal nº 1.404, de 04 de junho de 2018, estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, compreendendo:

- I. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. A organização e a estrutura dos orçamentos;
- III. As diretrizes específicas para o Poder Legislativo
- IV. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI. As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município
- VII. As disposições relativas à Dívida Pública Municipal
- VIII. As disposições finais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

2.1.3 Lei Orçamentária Anual — LOA

O Orçamento Anual (Lei Orçamentária Anual – LOA) visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual – PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na elaboração do Orçamento Público, as receitas são estimadas e as despesas fixadas, visando estabelecer as prioridades que serão executadas a cada ano de governo.

O Orçamento do Município, para o exercício de 2019, foi aprovado pela Lei Municipal nº 1.438/2018, de 12 de dezembro de 2018, que estimou uma receita bruta no valor de R\$ 98.835.000,00 (noventa e oito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais) menos a estimativa das deduções da receita para formação do FUNDEB no montante de R\$ 10.353.600,00 (dez milhões, trezentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais), e das receitas Intra-orçamentária de R\$ 3.900.000,00 perfazendo o valor líquido de R\$ 84.581.400,00 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais), assim fixou a despesa no valor líquido mencionado.

O orçamento aprovado para o exercício de 2019 contempla os Poderes Legislativo e Executivo do Município, neste incluído seus Fundos, Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Direta e Indireta.

2.1.3.1 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

De acordo com a Lei Municipal nº 1.438/2018 – LOA 2019, o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social orçamentária anual compreenderá:

Quadro 2.1

ORÇAMENTO FISCAL		ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA	RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA
98.835.000,00	84.581.400,00	3.900.000,00	3.900.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

2.1.3.2 Autorização para Contratação de Operações de Créditos

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito no Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2019, demonstramos que o Município não contraiu operações de crédito no exercício.

2.2 METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

A meta bimestral de arrecadação é um importante instrumento de planejamento e controle da execução orçamentária, pois vincula a liberação do orçamento às metas de arrecadação projetadas.

O quadro a seguir demonstra as Metas da Distribuição da Receita Bruta por bimestre:

Em reais

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2019							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
RECEITAS CORRENTES	13.986.071,67	13.986.071,67	13.986.071,67	13.986.071,67	13.986.071,67	13.986.071,67	83.916.430,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.094.166,67	1.094.166,67	1.094.166,67	1.094.166,67	1.094.166,67	1.094.166,67	6.565.000,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	538.390,00	538.390,00	538.390,00	538.390,00	538.390,00	538.390,00	3.230.340,00
RECEITA PATRIMONIAL	173.481,67	173.481,67	173.481,67	173.481,67	173.481,67	173.481,67	1.040.890,02
RECEITA INDUSTRIAL E AGROPEC.	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	1.999,98
RECEITA DE SERVIÇOS	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	1.999,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.939.116,67	11.939.116,67	11.939.116,67	11.939.116,67	11.939.116,67	11.939.116,67	71.634.700,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.250,00	240.250,00	240.250,00	240.250,00	240.250,00	240.250,00	1.441.500,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	650.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00	3.900.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	110.828,34	110.828,34	110.828,34	110.828,34	110.828,34	110.828,34	664.970,02
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	1.000,02
ALIENAÇÃO DE BENS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	50.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	102.328,33	102.328,33	102.328,33	102.328,33	102.328,33	102.328,33	613.970,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE							
TOTAL GERAL	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	88.481.400,04

Fonte: Anexo 1 LRF



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

O Quadro abaixo apresenta as Receitas Arrecadadas no exercício de 2019, por bimestre:

RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA - EXERCÍCIO DE 2019							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
RECEITAS CORRENTES	18.372.310,93	15.010.996,12	16.779.067,12	16.105.948,17	16.072.148,27	23.430.815,76	105.771.286,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.158.439,17	1.022.407,32	1.701.752,30	1.213.871,74	1.268.110,01	1.370.905,10	7.735.485,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	542.676,55	517.364,07	569.467,27	621.653,11	574.735,32	642.884,90	3.468.781,22
RECEITA PATRIMONIAL	790.239,11	289.373,83	548.849,75	292.646,45	540.861,14	482.830,50	2.944.800,78
RECEITA INDUSTRIAL E AGROPEC.							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.831.883,28	12.956.546,74	13.214.105,20	13.773.436,81	13.453.128,24	20.635.438,06	88.864.538,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.049.072,82	225.304,16	744.892,60	204.340,06	235.313,56	298.757,20	2.757.680,40
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	505.786,75	453.274,33	647.372,44	500.325,04	492.839,45	623.151,00	3.222.749,01
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	632.595,09	887.362,04	36.136,28	1.192.397,17	2.748.490,58
OPERAÇÃO DE CRÉDITO							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS							0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			632.595,09	887.362,04	36.136,28	1.192.397,17	2.748.490,58
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE	2.008.357,92	1.654.148,46	1.590.096,38	1.552.357,88	1.649.906,85	1.898.769,21	10.353.636,70
TOTAL GERAL	16.869.739,76	13.810.121,99	16.468.938,27	15.941.277,37	14.951.217,15	23.347.594,72	101.388.889,26

Fonte: Anexo 1 LRF

Ao comparar as Metas de Arrecadação Bimestral com as Receitas Arrecadadas no exercício corrente, observa-se que o total das receitas arrecadadas superou o montante apresentado nas metas bimestrais, isso é, houve um acréscimo de R\$12.907.489,20, como se demonstra:

DESCRIÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
RECEITA REALIZADA	16.869.739,76	13.810.121,99	16.468.938,27	15.941.277,37	14.951.217,15	23.347.594,72	101.388.889,26
(-) METAS DE ARRECADACÃO	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	14.746.900,01	88.481.400,06
DIFERENÇA	- 2.122.839,75	936.778,02	- 1.722.038,26	- 1.194.377,36	- 204.317,14	- 8.600.694,71	- 12.907.489,20

Fonte: Anexo 1 LRF

2.3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o Art. 4º inciso II da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 1.438 para 2019, o Poder Executivo foi autorizado a abrir Créditos Suplementares, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 5% do total do Orçamento e efetuar Operações de Créditos conforme condições previstas na legislação em vigor.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

Descrição	Valor R\$
Total da Despesa Fixada	88.481.400,00
Limite para abertura de Créditos Suplementares: 5%	4.424.070,00

Entretanto, ressaltamos o disposto no item VI do artigo 4º da LOA:

“ Art. 4º - (...)

VI - Os Créditos Adicionais Especiais que porventura venham a ser abertos durante o exercício de 2019, aumentando o valor da despesa fixada, servirão de base de cálculo para apuração do percentual de remanejamento mencionado no item II do artigo 4º desta lei”.

Uma vez que houve uma abertura de Créditos Adicionais Especiais no valor de R\$10.970.572,94 (dez milhões, novecentos e setenta mil, quinhentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos), o limite para abertura de créditos suplementares, de acordo com o item VI do artigo 4º, foi o seguinte:

Descrição	Valor R\$
(A) Despesa Fixada - Lei 1.438/2018- LOA - Valor inicial	88.481.400,00
(B) Créditos Adicionais Especiais que aumentaram a despesa fixada (item VI do art. 4º da LOA)	14.963.021,26
(C) Total da despesa fixada para cálculo do Limite (A + B)	103.444.421,26
Limite para abertura de Créditos Suplementares: 5% de (C)	5.172.221,06

A execução orçamentária foi acrescida à importância de **R\$29.200.702,41** (vinte e nove milhões, duzentos mil, setecentos e dois reais e quarenta e um centavos), resultante de abertura de créditos Adicionais Suplementares e especiais e, reduzida a importância total de **R\$14.237.681,15** (quatorze milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais e quinze centavos), demonstrando, assim, um total de Créditos no valor de **R\$103.444.421,26** (cento e três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), conforme pode ser observado no Relatório de Movimentação Orçamentária, apensado à presente Prestação de Contas.

2.3.1) - DEMONSTRATIVO FINAL DAS ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

O Orçamento Anual sofreu algumas alterações através de Créditos Adicionais abertos, com autorização do Poder Legislativo, para atender despesas não previstas no orçamento;

- Com base nas alterações orçamentárias efetuadas nos diversos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo, o Orçamento final do Município de Cantagalo para o Exercício Financeiro de 2019 foi de **R\$103.444.421,26** (cento e três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), representando um acréscimo de 16,91% em relação ao orçamento inicial, que era de 88.481.400,00, conforme demonstrado a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO 2019
DESPESA FIXADA	88.481.400,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	29.200.702,41
SUPERAVIT FINANCEIRO	308.558,67
EXCESSO DE ARRECADACAO	3.988.540,43
ANULACAO DE DOTACAO	14.237.681,15
OPERACOES DE CREDITO	-
DESTINCAO ESPECIFICA	-
TRANSFERENCIA DA UNIAO – CONVÊNIOS	10.665.922,16
DOTAÇÃO ESPECIAL	
OPERACOES DE CREDITO – ESPECIAL	-
ANULAÇÕES/CANCELAMENTOS DE DOTAÇÕES	14.237.681,15
CANCELAMENTO DE DOTACAO	14.237.681,15
TOTAL	103.444.421,26
VARIAÇÃO %	16,91%

Com objetivo de verificar o cumprimento dos limites definidos na Lei Orçamentária Anual quanto à abertura de créditos suplementares, efetuou-se o cálculo do valor máximo permitido para suplementação com recursos provenientes de anulação parcial ou total, na forma a seguir demonstrada:

COMPARATIVO ENTRE OS CRÉDITOS ADICIONAIS POR ANULAÇÕES E O LIMITE LOA 2019	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2019
Orçamento Inicial (I)	88.481.400,00
Item VI do Art. 4º da LOA - Créditos Adicionais Especiais que aumentaram a despesa fixada	14.963.021,26
Total da despesa fixada (II)	103.444.421,26
Limite para limite estabelecido na alínea “a”, art. 4º da LOA (5% do total da despesa)	5.172.221,06
Total dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total de dotações (III)	4.961.153,72
Percentual dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total de dotações em relação ao Orçamento Inicial (III/II)	4,8%

Considerando o quadro acima, verifica-se que o total dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total das dotações atinge o montante de R\$ 4.961.153,72, que corresponde a 4,8% do orçamento final para o exercício de 2019, estando, portanto, dentro do limite previsto no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual.

2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Na Execução Orçamentária da Receita do Município constam Receitas Orçamentárias e as Intraorçamentárias, que se conceituam da seguinte forma:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

- Receita Orçamentária - O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação das Receitas Orçamentárias nas categorias econômicas Correntes e de Capital.
- Receita Intraorçamentária - Constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação - 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005. Desta forma, na consolidação das contas públicas, estas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

A execução orçamentária, apresentada pelo Quadro a seguir, foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e intraorçamentária do Governo Municipal, incluindo a Administração Direta, Fundos, Autarquia, durante o exercício financeiro de 2019.

Cabe salientar que utilizamos como método de apuração dos resultados da execução orçamentária da receita, apresentados nos demonstrativos deste Capítulo, a Receita Prevista Atualizada e a Receita Arrecadada no exercício de 2019.

Ao comparar os montantes da receita estimada para o exercício de 2019 (R\$ 88.481.400,00) e da receita arrecadada (R\$ 101.388.889,24), pode-se observar que houve um superávit orçamentário de arrecadação de (R\$ 12.907.489,24.)

Os quadros abaixo apresentam o superávit de arrecadação, por Fonte de Recurso e Natureza Orçamentária e Intraorçamentária da Receita:

FONTE DE RECURSO	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)
Recursos do Tesouro	47.285.260,00	51.031.398,41	3.746.138,41
Recursos de Outras Fontes	41.196.140,00	50.357.490,83	9.161.350,83
TOTAL	88.481.400,00	101.388.889,24	12.907.489,24

Fonte: Anexo XIII Lei 4.320/64

Obs.1: Valores já com as deduções da receita



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Em Reais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA					
EXERCÍCIO 2019					
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	84.581.400,00	98.166.140,19	13.584.740,19	116%	97%
RECEITAS CORRENTES	83.916.430,00	95.417.649,61	11.501.219,61	114%	94%
RECEITAS DE CAPITAL	664.970,00	2.748.490,58	2.083.520,58	413%	3%
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.900.000,00	3.222.749,05	- 677.250,95	83%	3%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	3.900.000,00	3.222.749,05	- 677.250,95	83%	3%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL					0%
TOTAL DA RECEITA	88.481.400,00	101.388.889,24	12.907.489,24	115%	100%

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Obs.2: Valores considerando as deduções da receita a

Do total das Receitas Arrecadadas (R\$ 101.388.889,24), no exercício de 2019, 97% correspondem as receitas orçamentárias (R\$98.166.140,19) e 3% as receitas intraorçamentárias (R\$ 3.222.749,05).

O quadro abaixo apresenta o comparativo entre os montantes das receitas arrecadadas dos exercícios de 2018 e 2019:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA				
COMPARATIVO 2018 - 2019				
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA 2018	RECEITA ARRECADADA 2019	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	93.101.205,21	98.166.140,19	5.064.934,98	5%
RECEITAS CORRENTES	91.660.562,20	95.417.649,61	3.757.087,41	4%
RECEITAS DE CAPITAL	1.440.643,01	2.748.490,58	1.307.847,57	91%
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.659.194,81	3.222.749,05	436.445,76	-12%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	3.659.194,81	3.222.749,05	436.445,76	-12%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL				
TOTAL DA RECEITA	96.760.400,02	101.388.889,24	4.628.489,22	5%

Fonte: Anexo 1 RREO 6º bim/18 e 6º bim/19

Obs.2: Valores considerando as deduções da receita e exceto intraorçamentárias

Observa-se que a arrecadação no exercício de 2019 teve um acréscimo de R\$ 4.628.489,22 em relação ao exercício anterior. Isso significa que o Município, em relação ao exercício de 2018, aumentou em 5% a receita arrecadada, motivado principalmente pelo recebimento de transferência de convenio.

2.4.1 Receitas Orçamentárias

A análise, a seguir, evidenciará a movimentação orçamentária da Receita do Município, excluindo-se as intraorçamentárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA - EXERCÍCIO DE 2019							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
RECEITAS CORRENTES	18.372.310,93	15.010.996,12	16.779.067,12	16.105.948,17	16.072.148,27	23.430.815,76	105.771.286,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.158.439,17	1.022.407,32	1.701.752,30	1.213.871,74	1.268.110,01	1.370.905,10	7.735.485,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	542.676,55	517.364,07	569.467,27	621.653,11	574.735,32	642.884,90	3.468.781,22
RECEITA PATRIMONIAL	790.239,11	289.373,83	548.849,75	292.646,45	540.861,14	482.830,50	2.944.800,78
RECEITA INDUSTRIAL E AGROPEC.							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.831.883,28	12.956.546,74	13.214.105,20	13.773.436,81	13.453.128,24	20.635.438,06	88.864.538,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.049.072,82	225.304,16	744.892,60	204.340,06	235.313,56	298.757,20	2.757.680,40
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	505.786,75	453.274,33	647.372,44	500.325,04	492.839,45	623.151,00	3.222.749,01
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	632.595,09	887.362,04	36.136,28	1.192.397,17	2.748.490,58
OPERAÇÃO DE CRÉDITO							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS							0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			632.595,09	887.362,04	36.136,28	1.192.397,17	2.748.490,58
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE	2.008.357,92	1.654.148,46	1.590.096,38	1.552.357,88	1.649.906,85	1.898.769,21	10.353.636,70
TOTAL GERAL	16.869.739,76	13.810.121,99	16.468.938,27	15.941.277,37	14.951.217,15	23.347.594,72	101.388.889,26

Fonte: Anexo 1 do RREO 6º Bim/18

A Receita Orçamentária Arrecadada, no exercício de 2019, monta o valor de R\$101.388.889,26, sendo R\$ 95.417.649,47 de Receitas Correntes e R\$ 2.748.490,58 de Receitas de Capital.

2.4.1.1 Receitas Correntes

Conforme demonstramos no Quadro abaixo, o total das Receitas Correntes arrecadadas perfaz o valor de R\$ 91.660.562,40, que correspondem a 94,73% das Receitas Orçamentária arrecadadas no exercício corrente (R\$ 96.760.390,02).

O quadro a seguir apresenta a Receita Corrente arrecadada no exercício de 2019, discriminando-a por fonte de receita e rubrica. Pode-se observar que do montante das receitas correntes arrecadadas, as de maiores representatividade são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que correspondem a 84,02% e 7,31% destas arrecadações, respectivamente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

em Reais

EXERCÍCIO 2019		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.735.485,61	7,31%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.568.916,05	2,43%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.970.082,60	3,75%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	385.477,24	0,36%
Taxas pela Prestação de Serviços	678.876,40	0,64%
Contribuição de Melhoria	132.133,32	0,12%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.468.781,22	3,28%
RECEITA PATRIMONIAL	2.944.800,76	2,78%
Receitas Imobiliárias	200.815,39	0,19%
Receitas de Valores Imobiliários	2.307.166,38	2,18%
Receitas de Concessões e Permissões	388.124,39	0,37%
Outras Receitas Patrimoniais	48.694,60	0,05%
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00%
RECEITA INDUSTRIAL		0,00%
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.864.538,33	84,02%
Transferências da União	40.674.556,84	38,46%
Transferências do Estado	39.664.190,04	37,50%
Transferências Multigovernamentais	8.525.791,45	8,06%
Transferências de Convênios		0,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.757.680,39	2,61%
Multas e Juros de Mora	69.399,71	0,07%
Indenizações e Restituições	104.774,09	0,10%
Receitas Diversas	2.583.506,59	2,44%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	105.771.286,31	100,00%

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Obs: Valores não considerando as deduções da receita

O quadro abaixo demonstra o comparativo das Receitas Correntes Arrecadadas nos exercícios de 2018 e 2019.

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE AS RECEITA CORRENTE ARRECADADAS - EXERCÍCIOS 2018 E 2019				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	DIFERENÇA (2019-2018)	AH% (2019/2018)
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.121.443,33	7.735.485,61	1.614.042,28	26,4%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.286.236,09	3.468.781,22	182.545,13	5,6%
RECEITA PATRIMONIAL	2.163.861,94	2.944.800,76	780.938,82	36,1%
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.974.246,63	88.864.538,33	- 109.708,30	-0,1%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.842.613,45	2.757.680,39	915.066,94	49,7%
TOTAL	102.388.401,44	105.771.286,31	3.382.884,87	3,3%

Observa-se que o total das Receitas Correntes arrecadadas no exercício de 2019 teve um acréscimo de R\$ 3.382.884,87, que corresponde a 3,3% em relação ao exercício anterior. Cabe salientar que todas as receitas reagiram e aumentaram no exercício de 2019, a exceção das transferências correntes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

2.4.1.1.1 Receita Tributária

Conforme demonstrado nos quadros acima, dentre as receitas correntes arrecadadas no exercício de 2019, a Receita Tributária representa a segunda maior fonte de recursos do Município, com 7,31% desta arrecadação.

Ressalta-se que, no exercício de 2019, o montante das Receitas Tributárias arrecadadas foram R\$ 7.735.485,61, sendo que, deste, R\$ 3.970.082,60 referem-se, exclusivamente, a arrecadação de Impostos sobre a Produção e Circulação, que corresponde a 51,32% dessas receitas.

Em reais

DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA		
EXERCÍCIO 2019		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.735.485,61	100,00%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.568.916,05	33,21%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.970.082,60	51,32%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	385.477,24	4,98%
Taxas pela Prestação de Serviços	678.876,40	8,78%
Contribuição de Melhoria	132.133,32	1,71%

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Ao comparar as arrecadações das receitas tributárias dos exercícios de 2019 e 2018, observa-se que, no exercício de 2019, todas as taxas sofreram reação positiva em relação ao exercício anterior.

COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA- EXERCÍCIO DE 2019				
DESCRIÇÃO	RECEITA EXERCÍCIO 2018	RECEITA EXERCÍCIO 2019	DIFERENÇA (2019 - 2018)	AH%
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.121.443,33	7.735.485,61	1.614.042,28	26,4%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.075.465,72	2.568.916,05	493.450,33	23,8%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.185.539,43	3.970.082,60	784.543,17	24,6%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	283.299,55	385.477,24	102.177,69	36,1%
Taxas pela Prestação de Serviços	484.534,98	678.876,40	194.341,42	40,1%
Contribuição de Melhoria	92.603,65	132.133,32	39.529,67	42,7%

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Transferências Correntes

Dentre as receitas correntes arrecadadas no exercício de 2019, as Transferências Correntes representam 84,2% da arrecadação das Receitas Correntes. Apresentamos, a seguir, a composição dessa receita:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
EXERCÍCIO 2019		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
Transferências da União	40.674.556,84	45,8%
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	16.142.032,27	18,2%
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	16.063.969,17	18,1%
COTA-PARTE DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR	78.063,10	0,1%
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - ICMS DESONERAÇÃO LC Nº 87/96 (100%)		0,0%
AFM- APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS		0,0%
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,0%
TRANSFERÊNCIA COMPENSAÇÃO FINANC.PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	11.278.154,19	12,7%
COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	589.536,73	0,7%
COTA-PARTE ROYALTIES - EXCEDENTE PRODUÇÃO PETRÓLEO - LEI 7.990/89	2.923.918,85	3,3%
COTA-PARTE ROYALTIES - EXCEDENTE PRODUÇÃO PETRÓLEO - LEI 9.478/97, ART. 49, I E II	7.200.000,00	8,1%
COTA-PARTE ROYALTIES PELA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL - LEI 9.478/97, ART. 50	17.994,24	0,0%
COTA-PARTE ROYALTIES DO FUNDO ESP. PETRÓLEO - FEP (LEI 9.478/97, ART. 49, II, "E")	227.778,81	0,3%
Outras transferências decorrentes de Compensação Financeira pela exploração de Recursos Naturais	318.925,56	0,4%
TRANSFERÊNCIA RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (REPASSE FUNDO A FUNDO)	9.647.587,12	10,9%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	2.506.694,96	2,8%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADO - PABA		0,0%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB VARIÁVEL	242.470,61	0,3%
TRANSFERENCIA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	4.550.275,92	5,1%
PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO E DA QUALIDADE	2.348.145,63	2,6%
OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO		0,0%
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS SUS - BL INVEST. SERV.PUBLICOS SAUDE	990.798,83	1,1%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	432.258,96	0,5%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE	1.410.729,32	1,6%
DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	772.996,15	0,9%
TRANSFERENCIAS DO ESTADO	39.664.190,04	44,6%
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	36.186.765,12	40,7%
COTA PARTE DO ICMS (100%)	33.868.052,63	38,1%
COTA PARTE DO IPVA (100%)	1.452.559,80	1,6%
COTA PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO (100%)	834.637,78	0,9%
COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	31.514,91	0,0%
PROGRAMAS DE SAUDE REPASSE FUNDO A FUNDO	715.000,00	0,8%
PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL	227.016,00	0,3%
COTA PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI 7.990/89	2.285.408,92	2,6%
PROGRAMAS DE SAUDE REPASSE FUNDO A FUNDO - SUS	250.000,00	0,3%
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	8.525.791,45	9,6%
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		0,0%
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.864.538,33	100,0%

Fonte: Anexo 10 - Lei 4.320/64

Obs: Valores considerando as deduções da receita



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Ressalta-se que, no exercício de 2019, o montante das Transferências Correntes arrecadada foi R\$ 88.864.538,33, sendo que, R\$ 39.664.190,04 referem-se, exclusivamente, a arrecadação de Transferências do Estado, que correspondeu a 44,6% dessas receitas.

2.4.1.2 Receitas de Capital

Ressalta-se que neste subitem do Relatório, foram excluídas as receitas intraorçamentárias.

Conforme demonstrado, o total das Receitas de Capital arrecadadas perfaz o valor de R\$ 2.748.490,58, que correspondeu a 3% do total da Receita Orçamentária arrecadadas no exercício corrente.

O quadro abaixo apresenta a Receita de Capital arrecadada no exercício discriminando-a por fonte de receita e rubrica. Neste demonstrativo, observa-se que houve um superávit de arrecadação no montante de R\$2.043.643,01, que corresponde a um aumento de 238,9% do previsto para o período.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA DE CAPITAL EXERCÍCIO 2019					Em Reais
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	AH% (B / A)	% RECEITA ARRECADADA TOTAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	-	0,00%	0,00%	
Operações de Crédito Internas Contratuais Relativas a Programas de Governo	1.000,00	-	0,00%	0,00%	
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	-	0,00%	0,00%	
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	-	0,00%	0,00%	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	613.970,00	2.748.490,58	447,66%	100,00%	
Transferências Intergovernamentais	570.370,00	-	0,00%	0,00%	
Transferências de Convênios	43.600,00	2.748.490,58	6303,88%	100,00%	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	-		0,00%	
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	664.970,00	2.748.490,58	413,33%	100,00%	

2.4.2 Receitas Intraorçamentárias

Ao comparar as Receitas Correntes Previstas (R\$ 3.900.000,00) com as Receitas Arrecadadas (R\$ 3.222.749,05), no exercício de 2019, observa-se que se arrecadou 7,37% abaixo do previsto.

2.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Na Execução Orçamentária da Despesa do Município constam Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias, que se conceituam da seguinte forma:

- Despesas Orçamentárias - São aquelas que dependem de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

- Despesas Intraorçamentárias: São as operações que resultem de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, ou outra entidade no âmbito da mesma esfera de governo.

O inciso II do art. 35, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, determina que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, sendo assim, consideramos como despesas executadas no exercício o total das despesas empenhadas.

No exercício de 2019, o Município de Cantagalo executou despesas no montante de R\$ 98.729.921,15, sendo R\$ 95.373.498,56 de Despesas Orçamentárias e R\$ 3.356.422,60 de Despesas Intraorçamentárias, que correspondem, respectivamente, a 96,6% e 3,40% das despesas executadas.

O montante das despesas liquidadas (R\$ 94.264.574,09) e pagas (R\$ 91.806.385,08) correspondem a 95,48% e 92,99% das despesas empenhadas, respectivamente.

O montante de despesas liquidadas em relação à despesa autorizada correspondeu a 92,97% da despesa autorizada. Do total liquidado, 97,39% foram pagos. Os índices obtidos representam um equilíbrio entre as fases da execução da despesa.

A partir de agora, a abordagem para análise da execução da despesa do Município será a exclusão das despesas intraorçamentárias, a fim de evitar duplicidade.

2.5.1 Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A despesa é classificada por Poder, Órgãos e Unidades Orçamentárias, de forma a permitir um melhor controle do Erário e de sua distribuição, evidenciando a política econômico-financeira e o programa de governo, obedecidos os princípios orçamentários.

2.5.1.1 Por Função

O quadro a seguir demonstra a distribuição dos recursos orçamentários do Município por função, no exercício de 2019, levando em consideração a exclusão das Despesas Intraorçamentárias:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

DESPESA EXECUTADA POR FUNÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019			
CÓDIGO	FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
1	Legislativa	4.092.546,82	4,15%
4	Administração	11.059.746,26	11,20%
6	Segurança Pública	965.210,04	0,98%
8	Assistência Social	2.334.980,78	2,37%
9	Previdência Social	16.450.760,63	16,66%
10	Saúde	26.065.778,72	26,40%
12	Educação	18.562.070,74	18,80%
13	Cultura	590.193,43	0,60%
15	Urbanismo	8.007.369,54	8,11%
16	Habitação	11737,64	0,01%
17	Saneamento	4.400.751,85	4,46%
18	Gestão Ambiental	731.963,48	0,74%
19	Ciência e Tecnologia		0,00%
20	Agricultura	1.647.661,20	1,67%
23	Comércio e Serviços	1.115.518,02	1,13%
24	Comunicações	4,96	0,00%
26	Transporte	1.715.768,43	1,74%
27	Desporto e Lazer	62.092,30	0,06%
28	Encargos Especiais	915.766,31	0,93%
	TOTAL	98.729.921,15	100%

A função Saúde obteve a maior representatividade na execução da despesa com R\$ 26.065.778,72, seguida pela Educação com R\$ 18.562.070,74, correspondendo, respectivamente, a 26,4%, e 18,8% dos gastos.

2.5.2 Classificação Econômica

A Lei Federal nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em seu art. 12, estabelece a classificação da despesa orçamentária, distinguindo-a entre Correntes e de Capital.

A Portaria Interministerial nº 163/2001, que trata das normas gerais de consolidação das Contas Públicas Nacionais, também dispõe sobre a classificação da despesa segundo a sua natureza, distinguindo-a por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Elemento de Despesa, estabelecendo as Modalidades de Aplicação.

Abaixo demonstramos a execução da despesa por categoria econômica e grupo de despesa, segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA DESPESA, POR CATEGORIA ECONOMICA E GRUPO DE DESPESA DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019					
GRUPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA	R. P. NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES	90.678.984,89	87.913.672,59	96,95%	92,18%	2.765.312,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.274.275,39	55.274.275,39	100,00%	57,96%	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.404.709,50	32.639.397,20	92,19%	34,22%	2.765.312,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
DESPESAS DE CAPITAL	4.694.513,70	2.994.478,90	63,79%	3,14%	1.700.034,80
INVESTIMENTOS	4.694.513,70	2.994.478,90	63,79%	3,14%	1.700.034,80
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
TOTAL	95.373.498,59	90.908.151,49	95,32%	95,32%	4.465.347,10

As Despesas Correntes correspondem a 92,18% do total das despesas orçamentárias executadas no exercício de 2019, sendo que o grupo de despesa que representa o maior percentual de gastos do governo é Pessoal e Encargos com 57,96% das despesas executadas.

As Despesas de Capital correspondem a 3,14% do total das despesas orçamentárias executadas no exercício de 2019.

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre as despesas orçamentárias executadas, por tipo de administração, nos exercícios de 2018 e 2019. Observa-se que as Despesas Orçamentárias executadas no exercício de 2019 teve um acréscimo de R\$ 11.651.782,68 em relação ao exercício anterior, com aumento em todos os grupos de despesa correntes e capital.

Em Reais

COMPARATIVO DA DESPESA EXECUTADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA (2018 - 2019)				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	DIFERENÇA (2018-2019)	AH%
DESPESAS CORRENTES	81.416.913,61	90.678.984,89	9.262.071,28	11,38%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.996.766,55	55.274.275,39	1.277.508,84	2,37%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.420.147,06	35.404.709,50	7.984.562,44	29,12%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
DESPESAS DE CAPITAL	2.304.802,30	4.694.513,70	2.389.711,40	103,68%
INVESTIMENTOS	2.304.802,30	4.694.513,70	2.389.711,40	103,68%
INVERSÕES FINANCEIRAS				
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
TOTAL	83.721.715,91	95.373.498,59	11.651.782,68	13,92%

- Despesas Correntes***

Consideram-se despesas correntes as dotações para manutenção das atividades do governo, que se realizam de forma contínua, de modo a garantir a prestação dos serviços públicos. Não produzem acréscimos ao patrimônio, não contribuindo para a formação ou aquisição de um bem de capital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Nelas se incluem as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis, bem como as dotações para despesas às quais não haja a correspondente contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

O quadro a seguir demonstra a execução da Despesa Corrente por grupo de despesa e modalidade de aplicação, segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA CORRENTE - POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019				
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.630.698,00	58.630.698,00	100,00%	62,87%
Aplicações Diretas	58.630.698,00	58.630.698,00	100,00%	62,87%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Aplicações Diretas				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.404.709,50	32.639.397,20	92,19%	37,13%
Aplicações Diretas	35.404.709,50	32.639.397,20	92,19%	37,13%
TOTAL	90.678.984,90	87.913.672,60	97%	100%

• **Despesas de Capital**

Nesta categoria econômica estão as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

As Despesas de Capital executadas (R\$ 4.694.513,70), 100% foram realizadas em Aplicações Diretas de Investimentos, sendo 63,05% (2.959.945,88) com Obras e Instalações e 36,94% (1.734.567,77) em aquisição de bens.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA CORRENTE - POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019				
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA
INVESTIMENTOS	4.694.513,70	2.994.478,90	63,79%	100,00%
Aplicações Diretas	4.694.513,70	2.994.478,90	63,79%	100,00%
INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
TOTAL	4.694.513,70	2.994.478,90	63,79%	100%

Fonte : anexo 12 consolidado Lei 4.320/64

2.5.3 Despesas Intra-orçamentárias

Considera-se como Despesas Intraorçamentárias as aplicações de recursos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005.

No exercício de 2019, do total das despesas intraorçamentárias executadas (R\$3.356.422,60), 100,00% destas despesas foram liquidadas.

2.6 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Após as exposições das execuções orçamentárias da Receita e da Despesa, efetua-se a comparação das mesmas, com o fim de analisar a Execução Orçamentária do exercício de 2019, conforme o quadro a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO 2019			
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO/DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO (B)	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA (B-A)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS (I)	103.135.862,60	101.388.889,30	-1.746.973,30
Receitas Correntes	97.897.509,10	98.640.398,70	742.889,60
Receitas de Capital	5.238.353,50	2.748.490,60	-2.489.862,90
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	103.444.421,30	98.729.921,20	-4.714.500,10
Despesas Correntes	96.322.044,70	94.035.407,50	-2.286.637,20
Despesas de Capital	7.122.376,60	4.694.513,70	-2.427.862,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)			
RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE (IV)		4.604.991,20	
RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (V)		-1.946.023,10	
SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II) OU (IV-V)		2.658.968,10	
Fonte: Anexo 1 RREO 6º bím.			

Após análise da execução orçamentária e intraorçamentária, conclui-se que o Município apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$ 2.658.968,10, tendo em sua composição R\$ 4.604.991,20 de superávit corrente e R\$ -1.946.023,10 de déficit de capital.

Ao considerar a previsão da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2019, encontra-se a diferença de R\$ 308.558,70 referente a reabertura de crédito do exercício de 2018.

Houve um déficit na arrecadação no valor de - R\$ 1.746.973,30 e uma economia de execução de despesas no valor de R\$ 4.714.500,10.

Demonstramos abaixo o Resultado da Execução Orçamentária após exclusão das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS			
EXERCÍCIO DE 2019			
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO/DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO (B)	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA (B-A)
RECEITAS (I)	99.235.862,58	98.166.140,18	-1.069.722,40
Receitas Correntes	93.997.509,10	95.417.649,60	1.420.140,50
Receitas de Capital	5.238.353,48	2.748.490,58	-2.489.862,90
DESPESAS (II)	100.076.758,20	95.373.498,55	-4.703.259,65
Despesas Correntes	92.954.381,60	90.678.984,90	-2.275.396,70
Despesas de Capital	7.122.376,60	4.694.513,65	-2.427.862,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)			
RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE (IV)		4.738.664,70	
RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (V)		-1.946.023,07	
SUPERÁVIT DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II) OU (IV+V)		2.792.641,63	

Ao se excluir as receitas e despesas intraorçamentárias, pode-se observar que houve um déficit na arrecadação no valor de R\$ 1.069.722,40 e uma economia de execução de despesas no valor de R\$ 4.703.259,65. Em relação ao total da execução orçamentária, verifica-se que o resultado final foi superavitário, no montante de R\$ 2.792.641,63.

2.7 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, Isto é, trata-se de uma verificação quanto à adequação aos limites orçamentários do Governo, no sentido de averiguar se está havendo uma redução ou elevação do endividamento do setor público.



- **RECEITAS PRIMÁRIAS** (Receitas Não Financeiras) São todas as receitas orçamentárias realizadas, deduzidas das receitas com rendimento de aplicações financeiras, das operações de crédito, das provenientes de alienações de bens e das provenientes das amortizações de empréstimos concedidos; e
- **DESPESAS PRIMÁRIAS** (Despesas Não Financeiras) São todas as despesas orçamentárias executadas, deduzidas das despesas com juros e encargos da dívida, além das amortizações da dívida e das despesas com empréstimos e financiamentos concedidos com retorno garantido.

O art. 16 da Lei Municipal nº 1.438/2018, de 12 de dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) - atualiza Metas Fiscais para 2019 de que tratam o parágrafo I do art.1º e o art. 37º da Lei Municipal nº 1.404/2018, de 19 de junho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2019, na forma dos Demonstrativos da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2019 constantes desta Lei.

O quadro a seguir demonstra a apuração do Resultado Primário do Exercício de 2019:

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (A)
		Jan a Dez/ 2019
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	92.668.709,10	92.641.616,00
Receitas Tributárias	7.097.750,00	7.735.485,60
Receita de Contribuição	3.466.593,80	3.468.781,20
Transferências Correntes	79.807.525,30	78.510.901,60
Demais Receitas Correntes	2.584.750,00	2.757.680,40
Receita Patrimonial (bruta)	1.040.890,00	2.944.800,80
(-) Aplicações Financeiras	853.550,00	2.302.953,60
Outras Receitas Financeiras	475.250,00	473.080,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.238.353,50	2.748.490,60
Operações de Crédito (III)	1.000,00	-
Amortização de Empréstimos (IV)		-
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	
Transferências de Capital	5.187.353,50	2.748.490,60
Outras receitas de Capital		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	5.237.353,50	2.748.490,60
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	97.906.062,60	95.390.106,60



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	INSCRITOS RP NÃO PROCESSADOS
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	92.954.381,60	90.678.984,90	87.913.672,60	85.933.368,20	897.190,30
Despesas Correntes	55.688.106,50	55.274.275,40	55.274.275,40	55.167.291,90	
(-) Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	37.266.275,10	35.404.709,50	32.639.397,20	30.766.076,30	897.190,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	7.122.376,60	4.694.513,70	2.994.478,90	2.702.965,10	1.427.969,50
Despesas de Capital	7.122.376,60	4.694.513,70	2.994.478,90	2.702.965,10	1.427.969,50
(-) Concessão de Empréstimos					
(-) Aquisição Título Capital já Integralizado					
(-) Amortização da Dívida					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	100.076.758,20	95.373.498,60	90.908.151,50	88.636.333,30	2.325.159,80
RESULTADO PRIMÁRIO (III=I-II)				2.357.519,10	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO 2019					1.140.080,50

As despesas primárias correntes empenhadas no exercício de 2019 perfazem o montante de R\$ 95.373.498,60, sendo R\$ 90.908.151,50 referentes às despesas liquidadas e R\$ 2.325.159,80 às despesas inscritas em restos a pagar não processados.

A LDO 2019 projetou a meta do resultado primário para o exercício em R\$ 1.140.080,50

O quadro acima demonstra o Resultado Primário do Município de Cantagalo, no exercício de 2019, considerando tanto o montante das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas, sendo, assim, se compararmos a meta projetada na LDO 2019 com as despesas, teremos o seguinte resultado:

O Município de Cantagalo apresentou em 2019 um “**Resultado Primário**” de R\$ 2.357.519,10, ou seja **superavitário** uma vez que, após a quitação de todos as despesas contraídas no exercício de 2019 ainda temos o resultado da “Dívida Consolidada Líquida” em **(-R\$ 11.932.747,00)**.

2.8 RESTOS A PAGAR

Segundo o Art. 36 da Lei 4.320/64, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Destarte, a despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro, final do exercício financeiro, será considerada como restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro. Uma vez empenhada, a despesa pertence ao exercício financeiro em que o empenho ocorreu, onerando a dotação orçamentária daquele exercício.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Entende-se por restos a pagar processados aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Nessa fase, a despesa processou-se até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada realizada, faltando apenas o pagamento.

Já os restos a pagar não processados são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho fora emitido, porém, o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação. Do ponto de vista do sistema orçamentário de escrituração contábil, a despesa não está devidamente processada.

2.8.1 Execução dos Restos a Pagar durante o Exercício

No exercício de 2019, os Restos a Pagar inscritos antes deste período sofreram algumas movimentações, a saber:

2.8.1.1 Por Poder e Tipo de Administração

DESCRIÇÃO	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR ANTES DA INSCRIÇÃO DE RP 2019
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.373.053,70	0,00	3.265.269,50	107.784,20
EXECUTIVO	3.373.053,70	0,00	3.265.269,50	107.784,20
Adm.Direta	3.373.053,70		3.265.269,50	107.784,20
Autarquia		0,00		0,00
Fundos		0,00		0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00
Adm.Direta	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.975.195,20	7.741,90	3.617.397,00	350.056,30
EXECUTIVO	3.882.395,50	7.741,90	3.524.597,30	350.056,30
Adm.Direta	3.882.395,50	7.741,90	3.524.597,30	350.056,30
Autarquia				
Fundos				
LEGISLATIVO	92.799,70	0,00	92.799,70	0,00
Adm.Direta	92.799,70	0,00	92.799,70	0,00
TOTAL RESTOS A PAGAR	7.348.248,90	7.741,90	6.882.666,50	457.840,50

Fonte: LRF2 sem

Observa-se que o saldo inicial de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2019 é de R\$ 7.348.248,90, sendo R\$ 3.373.053,70 (Processados) e R\$ 3.975.195,20 (Não Processados). Durante o exercício corrente ocorreram algumas movimentações, a saber:

1) - Restos a Pagar Processados – RPP

Do montante de R\$ 3.373.053,70 inscritos em RP, o Município pagou R\$ 3.265.269,50, restando saldo a pagar de R\$ 107.784,20. Ressalta-se que, no final do exercício corrente, deve-se considerar, também, o montante de Restos a Pagar Não Processados liquidados e não pagos no valor de R\$ 350.056,30, logo, o saldo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

final dos Restos a Pagar Processados inscritos antes de 2019 passa a ser de R\$ 457.840,50. Não houve cancelamento de Restos a Pagar Processados no exercício de 2018.

2) - Restos a Pagar Não Processados – RPNP

Do montante de R\$ 3.975.195,20 inscritos em RPNP, o Município liquidou e pagou R\$ 3.617.397,00 e cancelou R\$ 7.741,90, restando no final do exercício corrente o saldo a pagar de R\$ 350.056,30.

2.8.1.2 Por Exercício de Inscrição dos Restos a Pagar

Observa-se que o saldo final de Restos a Pagar, no exercício de 2019, é de R\$ 457.840,50, sendo R\$ 107.784,20 de Restos a Pagar Processados e R\$ 350.056,30 de Restos a Pagar Não Processados, correspondendo, respectivamente, a 46,46% e 23,54% do total.

2.9 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO PODER EXECUTIVO

O demonstrativo a seguir visa assegurar a transparência da disponibilidade financeira e verificar a parcela comprometida para inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

DESCRIÇÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
DISPONIBILIDADE DE CAIXA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	12.126.384,90	3.207.047,30	8.919.337,60
RECURSOS VINCULADOS	8.291.055,80	902.270,30	7.388.785,50
RECURSOS NÃO VINCULADOS	3.835.329,10	2.304.777,00	1530.552,10
INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - RPNP (II)			2.958.318,20
SUPERÁVIT/DÉFICIT (I-II)			8.919.337,60

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do segundo semestre de 2019, constante do Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (art. 55, III, "b" da LRF) emissão 26/03/2019

Pode-se observar que o Poder Executivo do Município de Cantagalo, no exercício de 2019, possui disponibilidade de caixa positiva, no montante de R\$ 5.961.019,40, suficiente para cobrir com suas obrigações contraídas.

2.10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — RPPS

2.10.1 Contextualização

A partir de 1998, o tema da Previdência Social passou a ser o centro das atenções no cenário nacional e isto ocorreu porque o Governo Federal entendeu o quanto é importante a questão da Previdência Social no equilíbrio das contas públicas e na retomada da capacidade de investimento do Estado Brasileiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

A situação até 1998 era de um sistema assistencialista, misturando Previdência Social com assistência médica e até com financiamento de imobiliário, e, na maioria dos casos, sem alíquotas de contribuição - um dos pilares da Previdência Social.

O comprometimento dos orçamentos dos entes federativos com os custos previdenciários inviabilizava os investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e infraestrutura, uma vez que o déficit previdenciário era coberto com recursos do tesouro.

Diante deste quadro, o Governo Federal propôs um leque de medidas estruturais que devem ser seguidas pelos entes federativos que optarem por ter seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, criando uma série de diplomas legais que procurem dar uma nova feição aos RPPS dos entes federativos.

A Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Portaria MPAS n.º 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, estabeleceram as bases sob as quais os RPPS devem ser organizados.

Em um segundo momento surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000), instrumento de responsabilização do administrador público. Esta lei por impor limites de gastos, especialmente com pessoal ativo e inativo, obriga os administradores a repensarem seu quadro de pessoal e regime funcional.

Cabe ressaltar que a LRF criou um novo cenário para os Entes, Poderes e os Regimes próprios de Previdência Social, uma vez que dentre outras obrigações exige que o Anexo de Metas Fiscais contenha a avaliação financeira e atuarial e limites para gastos com pessoal.

Posteriormente à LRF, foram promulgadas as Emendas Constitucionais n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e n.º 47, de 06 de julho de 2005, a Lei Federal n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, a Portaria MPS n.º 916, de 15 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, que tratam da planificação contábil dos RPPS, e a Portaria MPS n.º 172, de 11 de fevereiro de 2005, a qual dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Destaca-se que, desde 1º novembro de 2001 o Ministério da Previdência Social já emitia o CRP para os entes federativos que atendessem as condições contidas na Portaria MPAS n.º 2.346, de 10 de julho de 2001.

Ao Repasse das Contribuições Previdenciárias.

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, constatamos um resultado previdenciário deficitário na ordem de **-R\$ 5.709.204,10**.

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receitas Previdenciárias	2.463.770,80
Despesas Previdenciárias	7.833.841,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - EXERCÍCIO DE 2018

-5.370.070,60

Conforme demonstrado acima, houve um resultado deficitário no exercício, entretanto providências são tomadas para se adequar o Instituto às Normas da Legislação Federal, conseguindo assim garantir o equilíbrio financeiro, tendo como resultado um superávit previdenciário no Sistema Previdenciário dos Servidores do Município de Cantagalo.

Verifica-se que, a fim de promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos, existem medidas saneadoras já implementadas que culminaram na sanção da lei Municipal nº 978, de 17 de maio de 2010 que efetuou a SEGREGAÇÃO DE MASSA dos segurados.

Dessa forma, a opção pela segregação da massa se dá pela criação de dois grupos distintos de segurados, sendo um intitulado de Plano Financeiro e o outro de Plano Previdenciário, permitindo que a Avaliação Atuarial defina custeio distinto para cada plano e ambos deverão ser contabilizados. No caso do Plano Previdenciário, normalmente seu resultado será superavitário, ficando todo o déficit restrito ao Plano Financeiro. Na verdade, o resultado do Plano Financeiro não deve ser considerado como déficit e sim como “**insuficiência financeira**”.

No exercício de 2013, foi criada a Lei Municipal nº 1.169 de 21 de novembro de 2013, que dispõe autorização do Poder Executivo na incorporação de ativos ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal e também regulamentado no Decreto nº 2.738 de 21 de novembro de 2013, a incorporação de parte dos créditos relativos às participações e compensações financeiras (royalties) no resultado da exploração de petróleo ou gás natural a que o Município faz jus receber e até o limite definido em cálculo atuarial e em restrito acordo com a legislação federal, visando assegurar recursos para garantir o pagamento de benefícios concedidos aos servidores públicos.

A Autarquia mantém regularizada até a presente data, sua situação diante a Secretaria da Previdência Social, obtendo o Município, a partir de 12/09/06 o seu **C.R.P. – Certificado de Regularidade Previdenciária, anexados ao presente relatório.**

Destaca-se ainda que a Compensação Financeira tem sido tratada com todo o empenho pelo IPAM e essa importante receita, em face de regularidade do Instituto, vem sendo creditada mensalmente, embora não representando o volume de processos de aposentadorias que foram e têm sido homologados por essa Egrégia Corte. Não existe nenhum processo que não tenha sido encaminhado imediatamente para o **COMPREV**, após o registro competente do TCE/RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS ÍNDICES LEGAIS

Neste capítulo procuramos verificar a aplicação dos recursos do Estado em cumprimento aos ditames da Constituição Federal e Estadual, e na legislação infraconstitucional, os quais estabelecem regras que garantem a aplicação mínima de recursos públicos, por exemplo, para as funções saúde e educação, e que também impõe limites para os gastos públicos.

A nossa abordagem foi direcionada para a verificação do alcance dos indicadores, metas, prioridades e aplicação dos recursos, no exercício de 2018, para as áreas de governo que foram priorizadas pela legislação, e a nossa metodologia de trabalho consistiu no controle da conformidade entre os atos normativos legais em confronto com a execução orçamentária.

As informações da execução orçamentária e financeira necessárias para a nossa análise foram obtidas do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em seus demonstrativos e publicações elaborados pelo Município em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO — FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

O FUNDEB é fundo contábil de natureza financeira. Todos os entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) contribuem destinando parte de seus recursos para sua constituição.

Dispõe o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 53/2006 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão, até o exercício de 2020, parte dos recursos, a que se refere o caput do artigo 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Cumpra mencionar que a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB estabelece, nos artigos 70 (despesas incluídas) e 71 (despesas excluídas), as ações que devem ou não ser consideradas como despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

3.1.1 Composição Financeira

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil e, desde 2009, é composto das seguintes fontes de receita:

Contribuição de Estados, DF e Municípios	Percentual
- Fundo de Participação dos Estados – FPE - Fundo de Participação dos Municípios – FPM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) – ITRm - Recursos relativos à Desoneração de Exportações (LC nº 87/96) - Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios)	20%,
Receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.	20%
Complementação da União - Com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado ou Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com os recursos dos próprios governos. (o valor médio calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007)	10% do valor total do Fundo

A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007, não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Essa complementação da União está definida em, no mínimo, 10% do valor total do fundo, a partir de 2010, conforme inciso VII, letra —dl, do caput do art. 60 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

3.1.2 Destinação e Distribuição de Recursos

A Lei nº 11.494/2007 determina que os recursos do FUNDEB devam ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e de desenvolvimento da educação básica pública, particularmente na valorização do magistério, com aplicação de parcela mínima de 60% do Fundo, calculada sobre o montante anual dos recursos creditados na conta no exercício, destinada à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante, quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os recursos restantes (de até 40% do total) devem ser direcionados para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), realizadas na educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

Os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal. Assim, o estado recebe os recursos do FUNDEB com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, enquanto que os municípios recebem com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

3.1.3 Base de Cálculo das Contribuições para Formação do FUNDEB

Em Reais

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.353.600,00	10.585.600,00	10.353.636,70	97,81%
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	2.960.000,00	3.102.000,00	2.956.649,40	92,63%
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	6.862.000,00	6.862.000,00	6.923.935,30	100,90%
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00		0,00%
10.4-Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	196.000,00	196.000,00	196.927,50	85,17%
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	15.600,00	15.600,00	15.612,50	100,08%
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	296.000,00	296.000,00	290.512,00	98,15%
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.038.000,00	9.038.000,00	8.536.907,30	94,46%
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	9.020.000,00	9.020.000,00	8.525.791,50	94,52%
11.2-Complementação da União ao FUNDEB				
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	18.000,00	18.000,00	11.115,80	61,75%
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	- 1.333.600,00	- 1.565.600,00	- 1.827.845,20	116,75%

No exercício de 2019, a contribuição do Município de Cantagalo para o FUNDEB foi de R\$ 10.353.636,70. Recebeu, a título de transferências Multigovernamentais, o valor de R\$ 8.525.791,50, evidenciando uma perda líquida de (R\$ 1.827.845,20), que corresponde a 17,65% do total aplicado pelo Município.

3.1.3.1 Comparativo das Contribuições dos exercícios de 2018 e 2019

CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	RECEITA ARRECADADA 2018 (A)	RECEITA ARRECADADA 2019 (B)	VARIAÇÃO % EXERCÍCIO 2018 E 2019 (B/A)
TOTAL DA RECEITA (I)	10.727.839,20	10.353.636,70	-3,5%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS DO FUNDEB (II)	8.105.100,70	8.525.791,50	5,2%
PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (III=I-II)	2.622.738,50	1.827.845,20	-8,7%
Fonte: Anexo 8 RREO 6º Bimestre			

O total da receita do FUNDEB em 2019, proveniente da contribuição do Município, apresentou uma redução de 3,5% em relação ao exercício anterior. A variação percentual das Transferências Multigovernamentais, no mesmo período, foi a maior 5,2%. O efeito líquido foi uma redução da perda nas transferências do FUNDEB da ordem de 8,7%.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

3.1.4 Despesas com o FUNDEB

Observa-se também que, em relação aos programas de trabalho, o Município de Cantagalo liquidou despesas com Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica de R\$ 7.114.466,70, que corresponde a 81,68% sobre o total dos recursos empenhados.

De acordo com o artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos deve ser destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O quadro a seguir demonstra o percentual efetivamente aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, considerando as deduções previstas no artigo 71 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Em Reais

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte 10 - FUNDEB)	DESPESA EXECUTADA
13.1-Com Educação Infantil	704.800,10
13.2-Com Ensino Fundamental	8.008.108,20
(-) Despesas custeadas com Superávit Financeiro do ano anterior FUNDB	- 308.558,70
TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS COM REMUNERAÇÕES (I)	8.404.349,60
Transferências de Recursos do FUNDEB	8.525.791,50
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1115,80
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (II)	8.536.907,30

O quadro acima evidencia que 98,44% das despesas executadas, no exercício corrente, referentes aos recursos do FUNDEB, foram destinadas à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

3.1.5 Restos a Pagar do FUNDEB

No exercício de 2019, o saldo inicial dos Restos a Pagar do FUNDEB era de R\$ 0,00, após as movimentações ocorridas durante o exercício, o saldo dos Restos a Pagar com custeio FUNDEB foi de R\$ 60.134,15.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - FUNDEB EXERCÍCIO 2019						
Descrição	Saldo em 31/12/2018	Inscritos	Cancelados	Pagos	Bloqueio Judicial	Saldo em 31/12/2019
Restos a Pagar Processados	0,00	57.134,15	0,00	0,00	0,00	57.134,15



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Restos a Pagar Não Processados	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Total de Restos a Pagar	0,00	60.134,15	0,00	0,00	0,00	60.134,15

3.1.6 Demonstração das Despesas com Recursos FUNDEB

Conforme dispõe o Artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, o quadro abaixo comprova que o Município de Cantagalo empenhou **98,4%** dos recursos do FUNDEB no exercício de 2019.

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício de 2019		8.525.791,50
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb de 2019		1115,80
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício de 2019 (A + B)		8.536.907,30
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb em 2019	8.712.908,30	
(E) Superávit financeiro do Fundeb no exercício de 2018	308.558,70	
(F) Despesas não consideradas	-	
(G) Déficit financeiro do Fundeb no exercício de 2018	-	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de 2019	0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício de 2019] (D - E - F - G - H)		8.404.349,60
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (I/C)		98,4%

3.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

O artigo 212, da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Considerando a legislação mencionada e as informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do SIGFIS, apresentamos a seguir base de cálculo para apurar o valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, bem como o Demonstrativo da Execução da Despesa, por fonte de recursos, com o índice alcançado em função da relação entre o valor mínimo apurado e o total de recursos aplicados:

3.2.1 Apuração do Valor Mínimo a ser Aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

(B)				
Descrição	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH % (B/A)
I - Diretamente arrecadados	6.165.490,00	6.538.998,70	373.508,70	6%
IPTU	853.000,00	609.178,90	-243.821,10	-29%
ITBI	182.980,00	279.295,70	96.315,70	53%
ISS	3.722.750,00	3.970.082,70	247.332,70	7%
IRRF	1.400.520,00	1.680.441,40	279.921,40	20%
ITR - Diretamente arrecadado	6.240,00	-	-6.240,00	-100%
Multas, juros de mora e outros encargos dos impostos			0,00	
Dívida ativa dos impostos			0,00	
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos				
II - Receita de transferência da União	16.080.000,00	16.063.969,20	-16.030,80	0%
FPM	15.960.000,00	16.063.969,20	103.969,20	1%
ITR				
IOF - ouro	0	-	0,00	
ICMS desoneração	120.000,00		-120.000,00	-100%
III - Receita de transferência do Estado	36.842.000,00	36.233.313,30	-608.686,70	-2%
IPVA	1.480.000,00	1.452.559,80	-27.440,20	-2%
ICMS + ICMS ecológico	34.310.000,00	33.868.052,60	-441.947,40	-1%
Cota parte ITR	72.000,00	78.063,10	6.063,10	8%
IPI-exportação	980.000,00	834.637,80	-145.362,20	-15%
IV - Outras receitas correntes do município (transferências)	0	-	0,00	
V - Dedução das contas de receitas			0,00	
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)	59.087.490,00	58.836.281,20	-251.208,80	0%

Verifica-se que, no exercício de 2019, a receita arrecadada líquida de impostos (R\$ 58.836.281,20) foi menor em R\$ 251.208,80 do que o previsto para o exercício.

Considerando o limite constitucional, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício em questão, é de R\$ 14.709.70,30 que representa 25% da receita arrecadada líquida do exercício.

3.2.2 Despesa Aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

3.2.2.1 Por Fonte de Recursos

Para efeito de cumprimento do disposto na art. 212 da Constituição Federal, o Município de Cantagalo, considerou como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas incorridas nas fontes de recursos de Impostos e Transferência de Impostos, acrescentando o valor da Perda Líquida da Transferência ao FUNDEB e deduzindo algumas despesas, conforme demonstrativo a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

DESPESAS COM FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidade de ensino	Subfunção	Valor R\$
	361- Ensino fundamental	5.990.256,50
	122-Administração	
	306 - Alimentação	
	782 - Transporte rodoviário	
Ensino fundamental	Total ensino fundamental (A)	5.990.256,50
	365 - Ensino infantil	1.065.982,00
	122-Administração	
	306 - Alimentação	
	782 - Transporte rodoviário	
Ensino infantil	Total Ensino Infantil (B)	1.065.982,00
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	
Demais subfunções atípicas consideradas na educação básica	(E)	
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(F)	490.750,84
(G) Total das despesas com ensino (A + B + C + D + E + F)		7.546.989,34
(H) Valor repassado ao Fundeb		10.353.636,70
(I) Total das despesas registradas como gasto em educação (G + H)		17.409.875,20
(J) Dedução do Sigfis/BO		
(K) Dedução de restos a pagar de 2018		
(L) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (I - J - K)		17.409.875,20
(M) Receita resultante de impostos		58.836.281,20
(N) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (L/M x100)		29,59%

Nota-se que o montante aplicado em Educação (R\$ 7.546.989,34) é o somatório das despesas liquidadas no exercício referente às fontes de recursos de Impostos e Transferência de Impostos e a Perda Líquida Transferência ao FUNDEB menos as deduções apresentadas no quadro exposto.

Conclui-se que o Município de Cantagalo aplicou com manutenção e desenvolvimento educacional, no exercício de 2019, o equivalente a 29,59% de suas receitas líquidas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o montante foi superior ao limite constitucional (25%). Cumprindo, assim, com o disposto no artigo 212, da Constituição Federal do Brasil.

3.3 APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguraram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141/2012, o percentual mínimo das receitas de impostos vinculados a ser destinado pelos estados às ações de saúde permanecerá em 12%, a saber:

—Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea —aII do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.¶

3.3.1 Apuração do Limite Mínimo a ser Aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências auferidas pelo Município no exercício de 2019, que são utilizadas como base de cálculo para aplicação de recursos na saúde:

Receita de Impostos e Transferência de Impostos				
Descrição	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)
I - Diretamente arrecadados	6.173.290,00	6.538.998,70	365.708,70	6%
IPTU	640.000,00	464.245,10	-175.754,90	-27%
ITBI	180.000,00	279.253,20	99.253,20	55%
ISS	3.653.750,00	3.878.384,40	224.634,40	6%
IRRF	1.400.520,00	1.680.441,40	279.921,40	20%
ITR- Diretamente arrecadado	5.000,00		- 5.000,00	-100%
Multas , juros de mora e outros encargos dos impostos	87.100,00	40.517,40	-46.582,60	-53%
Dívida ativa dos impostos	187.800,00	141.134,40	-46.665,60	-25%
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos	19.120,00	55.022,80	35.902,80	188%
II - Receita de transferência da União	14.652.000,00	14.861.311,70	209.311,70	1%
FPM	14.460.000,00	14.783.248,60	323.248,60	2%
ITR	72.000,00	78.063,10	6.063,10	8%
IOF- ouro	0	-	0,00	
ICMS desoneração	120.000,00		-120.000,00	-100%
III - Receita de transferência do Estado	36.770.000,00	36.155.250,20	-614.749,80	-2%
IPVA	1.480.000,00	1.452.559,80	-27.440,20	-2%
ICMS + ICMS ecológico	34.310.000,00	33.868.052,60	-441.947,40	-1%
Cota parte ITR			0,00	-
IPI-exportação	980.000,00	834.637,80	-145.362,20	-15%
IV - Outras receitas correntes do município (transferências)	0	-	0,00	
V - Dedução das contas de receitas			0,00	
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)	57.595.290,00	57.555.560,60	-39.729,40	0,1%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Considerando a Receita Líquida de Impostos, após atualização da previsão da receita (R\$ 57.595.290,00) pode-se observar que o montante da receita líquida arrecadada no exercício de 2019 foi de R\$ 57.555.560,60, ocorrendo um déficit de arrecadação no montante de R\$ 39.729,40.

Com base no índice legal de 15% da receita líquida arrecadada, verifica-se que o valor mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2019 é de R\$ 8.633.334,09.

3.3.2 Execução das Despesas na Função de Governo —Saúde

3.3.2.1 Por Fonte de Recursos

O Município de Cantagalo considerou como aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas incorridas nas fontes de Recursos de Impostos e Transferências de Impostos, deduzidas algumas despesas não enquadradas no conceito exposto pela Lei Complementar nº 141/2012, conforme demonstramos a seguir:

As despesas liquidadas, referentes às fontes de recursos de Impostos e Transferências de Impostos, perfazem o montante de R\$ 24.135.961,70, enquanto que as deduções mencionadas são de R\$ 7.475.070,10.

O Município de Cantagalo aplicou, no exercício de 2019, o equivalente a 29,41% de suas receitas líquidas de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, cumprindo com o percentual mínimo de 15%, conforme estabelecido no art. 6º da Lei Complementar n.º 141/2012.

3.3.2.2 Por Programa e Por Ações de Governo

Em relação ao programa de governo, apresentamos, a seguir, as despesas aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), já excluídas as despesas que não devem ser consideradas para fins de apuração do percentual mínimo de aplicação.

Por Programa de Governo

DESPESAS COM ASPS			
CÓDIGO	SUBFUNÇÃO	VALOR	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
122	Administração Geral	11.024.699,00	42,30%
301	Atenção Básica	5.956.019,20	22,85%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.085.060,50	34,85%
TOTAL DA DESPESA COM ASPS		26.065.778,70	100,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

Das aplicações realizadas em ASPS, no exercício de 2019, verifica-se que as de maiores representatividades são os Programas —122 – Administração Geral e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial, que alcançaram, respectivamente, 42,30% e 34,85% do total das despesas executadas.

O Conselho Municipal de Saúde, através do parecer (item 66) do check list, opinou favoravelmente quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde realizou audiências públicas nos períodos de fevereiro, maio e setembro/2019, em cumprimento ao disposto no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12, conforme comprovado nas atas de audiências anexadas (item 64) do checklist.

3.4.1 PETRÓLEO

Em Reais

ROYALTIES

3.4.1.1 À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES

A movimentação dos recursos recebidos dos Royalties no exercício pode ser resumida conforme quadro abaixo:

RECEITAS DE ROYALTIES - EXERCÍCIO DE 2019		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União		10.369.691,90
Royalties pelo excedente da produção Participação especial	10.149.13,09	
Fundo especial do petróleo	227.778,81	
II – Transferência do Estado		2.285.408,92
III – Outras compensações financeiras		1.091.921,71
IV – Subtotal		13.747.022,53
V – Aplicações financeiras		17.059,97
VI – Total das receitas (IV + V)		13.764.082,50

A execução da despesa nas funções de governo no exercício de 2019 suportada com recursos dos Royalties está demonstrada no quadro a seguir, onde se verifica que o maior gasto foi realizado na função **9 – PREVIDÊNCIA SOCIAL**, por força da Lei Municipal n.º 1.169 de 21 de novembro de 2013, que dispõe autorização do Poder Executivo na incorporação de ativos ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal e também regulamentado no Decreto n.º 2.738 de 21 de novembro de 2013, a incorporação de parte dos créditos relativos às participações e compensações financeiras (royalties) no resultado da exploração de petróleo ou gás natural a que o Município faz jus receber e até o limite definido em cálculo atuarial e em restrito acordo com a legislação federal, visando assegurar recursos para garantir o pagamento de benefícios concedidos aos servidores públicos. Também foi significativo o gasto realizado na função 17 – Saneamento, que representou 13,81% do valor arrecadado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

ROYALTIES – Lei 12.858/13

Art. 2º (...)

§ 3º União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.

- 75% - Educação
- 25% - Saúde

No exercício de 2019, o município aplicou nas áreas da educação e saúde, respectivamente, o montante de 75% e 25% dos recursos provenientes dos royalties e participações especiais do Pré-Sal oriundos de contratos de exploração de petróleo assinados a partir de 03.12.2012.

Também providenciou a criação de código de fonte específica para classificação dos recursos de royalties de que trata a Lei Federal nº 12.858/13, a fim de se apurar a destinação prevista no art. 2º, §3º da referida Lei.

A movimentação dos recursos recebidos dos Royalties no exercício pode ser resumida conforme quadros demonstrativos abaixo:

Royalties de estados e municípios destinados para educação e saúde, nos termos da Lei 12.858/2013.		
BENEFICIÁRIOS	ANO	VALOR (R\$)
		Royalties até 5%
CANTAGALO – RJ	2018	154.293,12
CANTAGALO – RJ	2019	164.632,44
TOTAL ACUMULADO		318.925,56

Rateio nos termos da Lei 12.858/2013		
UNIDADE	PERCENTUAL	VALOR
EDUCAÇÃO	75%	239.194,17
SAÚDE	25%	79.731,39
Total repasse (a)		318.925,56
Total de Repasse Educação 2019		239.194,17
Total de Repasse Saúde 2019		74.835,04
Total repassado (b)		314.029,21
Diferença apurada (a - b)		4.896,35
A diferença apurada refere-se a repasse a menor para a Saúde devidamente regularizada em 2020.		

As despesas com Royalties no exercício de 2019 ficaram assim evidenciadas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

DESPESA NA FONTE ROYALTIES POR FUNÇÃO			
CÓDIGO	FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
4	Administração	453.019,71	3,83%
6	Segurança Pública	47.238,34	0,40%
12	Educação	594.176,50	5,02%
13	Cultura	16.380,56	0,14%
15	Urbanismo	1.554.270,77	13,13%
17	Saneamento	193.703,81	1,64%
20	Agricultura	265.878,95	2,25%
23	Comércio e Serviços	238.530,96	2,02%
24	Comunicações		0,00%
26	Transporte	304.221,51	2,57%
27	Desporto e Lazer		0,00%
28	Encargos Especiais	743.531,01	6,28%
18	Royalties vinculados Educação	224.505,12	1,90%
9	Previdência Social	7.200.000,00	60,83%
	TOTAL	11.835.457,24	100,00%

Verificamos através das informações constantes nos relatórios, que o Município de Cantagalo não aplicou recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas não executadas pela Lei Federal 10.195/01.

3.5 DESPESA COM PESSOAL

O caput do art. 169 da Constituição Federal determina que as despesas com pessoal dos entes da federação não poderão exceder aos limites estabelecidos em Lei Complementar. Estes limites estão regulamentados na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Os artigos 18, 19 e 20 da LRF dispõem sobre a definição e limites para apuração de despesas com pessoal, ao passo que os artigos 22 e 23 tratam do controle desses limites, a saber:

3.5.1 Definição de Despesas com Pessoal

O art. 18 da LRF conceitua a despesa total com pessoal como sendo o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Ressalta-se o disposto no parágrafo 1º do artigo mencionado que os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra, relativo à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

3.5.2 Limites para apuração de Despesas com Pessoal

O art. 19 da LRF estabelece os limites de despesa total com pessoal para cada ente da Federação, no caso dos Estados, essa despesa não pode exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

O art. 20 da aludida Lei estabelece que a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais em relação à esfera Municipal:

- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;
- 6% (seis por cento) para o Legislativo;

Controle do Limite estabelecido para apuração de Despesas com Pessoal

O art. 22 da LRF estabelece a verificação, ao final de cada quadrimestre, do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20. Em seu Parágrafo Único determina que, se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido, será vedado ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso, o seguinte:

- a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- b) criação de cargo, emprego ou função;
- c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- e) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O art. 23 da LRF estabelece que se a despesa total com pessoal, do poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

- no caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos; e
- a LRF dispõe no art. 23 que é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. As restrições do § 3º do art. 23 deverão ser aplicadas imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

3.8.1 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do Município apurada, no exercício de 2019, foi de R\$ 92.069.106,70, como se demonstra:

Em Reais

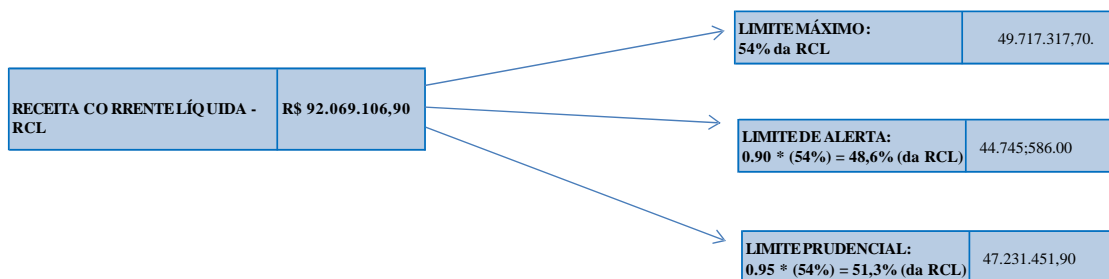
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019	
DESCRIÇÃO	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	105.771.286,60
Receita Tributária	7.735.485,60
Receita de Contribuições	3.468.781,20
Receita Patrimonial	2.944.800,80
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	-
Transferências Correntes	88.864.538,50
Outras Receitas Correntes	2.757.680,50
Deduções (II)	13.702.179,70
Transferências Constitucionais e Legais	
Contribuição Previ. Assist. Social Servidor (121029)	2.192.645,00
Compensação Financeira entre Regimes Previd. (192210)	1.155.897,90
Dedução Receita para formação do FUNDEB	10.353.636,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	92.069.106,90

Fonte: LRF, art 53, inciso I - Anexo 3

3.8.2 Despesas com Pessoal Consolidada

Conforme comentado anteriormente, o limite de despesa com pessoal, no caso dos Municípios, não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida – RCL e se a despesa exceder a 95% desse limite deverá sofrer algumas vedações.

Considerando os percentuais mencionados e a Receita Corrente Líquida – RCL do exercício de 2019, o Município de Cantagalo apresenta os seguintes limites de gastos com pessoal:



Apuração das despesas com pessoal considerando todos os Órgãos do Município (excluindo a Câmara), bem como a apuração dos percentuais destes gastos em relação à Receita Corrente Líquida do Município:

Em Reais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	55.496.271,56	155.336,34	55.651.607,90
Pessoal Ativo	39.357.077,41		39.357.077,41
Pessoal Inativo e Pensionista	15.766.717,47		15.766.717,47
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	372.476,68	155.336,34	527.813,02
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.338.983,49	-	6.338.983,49
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	87.047,93	0	87.047,93
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.232.302,66	0	6.232.302,66
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	0	0,00
(-) Despesas de exercícios anteriores	19.632,90	0	19.632,90
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(I - II)	49.157.288,07	155.336,34	49.312.624,41
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)			92.069.106,94
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100			53,56%

Fonte: RGF - ANEXO I

No exercício de 2019, o Município aplicou em despesas com pessoal o montante de R\$ 49.312.624,41, ultrapassando em 4,96% o limite de alerta estipulado pelo art. 59 da LRF (R\$ 4.567.038,44).

Medidas já estão sendo estudadas para retornar ao limite legal.

O quadro a seguir apresenta um estudo da evolução do gasto com pessoal e da Receita Corrente Líquida de 2014 a 2019, conforme abaixo:

EVOLUÇÃO DO GASTO DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (2012 a 2017)							
PERÍODO	RCL (A)	VARIAÇÃO (%)	DESP. C/ PESSOAL (B)	VARIAÇÃO (%)	% C=B/A	VARIAÇÃO (%)	INFLAÇÃO IPCA
	VALOR R\$		VALOR R\$				
2º SEM. 2014	72.333.904,77	4,23	36.015.283,70	-2,31	49,79	-6,27	6,41
2º SEM. 2015	73.063.034,11	1,01	39.399.343,20*	9,4	53,93	8,3	10,67
2º SEM. 2016	71.13.677,50	-2,12	39.907.006,40*	1,29	55,80	3,48	6,29
2º SEM. 2017	73.602.293,10	2,92	38.638.724,80	-2,88	52,50	-5,63	2,95
2º SEM. 2018	88.179.344,48	19,81	42.947.775,43	11,16	48,71	-7,8	3,75
2º SEM. 2019	92.069.106,94	4,41	49.312.624,41	14,82	53,56	9,97	4,31
VARIAÇÃO ACUMULADA ATÉ DEZ/19		30,26	-	31,48	-	2,05	34,38

A receita corrente líquida, no exercício de 2019, apresentou um incremento de 4,41%, comparativamente ao ano de 2018 e para a despesa líquida total com pessoal o acréscimo foi de 14,82%, para o mesmo período. O efeito líquido da movimentação, no exercício de 2019, foi um acréscimo de 9,97% no índice de apuração do limite de despesa de pessoal confrontado com o resultado de 2018.

Segundo o art. 21 da LRF, o percentual máximo a ser aplicado em despesas com pessoal nos Municípios é 54% da RCL, pode-se observar que o Município aplicou, no exercício de 2019, 53,56% da RCL, ainda dentro do limite em relação ao percentual máximo de 54% estipulado pela LRF.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

3.8.3 À Transferência Financeira para a Câmara Municipal

Observância ao disposto no Artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de Recursos ao Poder Legislativo.

LIMITE PREVISTO – BASE DE CÁLCULO - REPASSE RECEBIDO

Em nosso entendimento, temos a seguinte base de cálculo:

A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	R\$
112.02.00 – IPTU	405.306,87
112.04.00 – IRRF	1.397.448,06
112.08.00 – ITBI	272.710,79
113.05.00 – ISS	3.185.539,43
120.00.00 – TAXAS	767.834,53
130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	92.603,65
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	995.611,96
1911.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	44.429,35
1913.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	121.144,04
193100.00 - DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	307.334,40
SUBTOTAL (A)	7.589.963,08
(B) TRANSFERÊNCIAS	54.178.326,97
17210102 – FPM	14.913.480,11
17210105 – ITR	99.875,75
17210132 - IOF-OURO	0
172136.00 - ICM S Desoneração LC 87/96	27.468,75
1722.0101– ICM S (incluído ICM S ecológico)	36.790.575,59
ICM S Ecológico	
191199.01001Multas e Juros de Mora do ICM S	
1722.0102 – IPVA	1.321.530,89
191199.01002 Multas e Juros de Mora do IPVA	
1722.0104 - IPI – Exportação	97.151,03
1722.0113 – CIDE	53.884,85
SUBTOTAL (B)	54.178.326,97
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	61.768.290,05
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7%
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2017	4.323.780,30
REPASSE MENSAL (H/12)	360.315,03

Verificamos, de acordo com o quadro a seguir, que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal, foi respeitado, conforme demonstrado a seguir:

LIMITE DE REPASSE PERMITIDO ART. 129-A	REPASSE RECEBIDO (A)	VALOR DEVOLVIDO AO PODER EXECUTIVO (B)	REPASSE APURADO APÓS DEVOLUÇÃO (C) = (A) – (B)
4.323.780,30	4.323.780,36	0,00	4.323.780,36



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

Pelo demonstrado acima, o Município de Cantagalo repassou a maior o valor de R\$ 0,06, entretanto considerando se tratar de arredondamento de centavos, entendemos que o município respeitou os limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

O Poder Legislativo não realizou devolução do saldo financeiro.

CAPÍTULO 4

DÍVIDA

PASSIVA

A Dívida Passiva consiste, em síntese, no conjunto de compromissos financeiros assumidos por um ente público em decorrência de serviços, contratos e fornecimentos, cujos pagamentos não são realizados no ato, ou então, em face de empréstimos contraídos no País ou no exterior para atender às necessidades dos serviços públicos, ou viabilizar a cobertura de déficits orçamentários, ou, ainda, realizar empreendimentos de grande vulto, em que se justifica contratação de um empréstimo ou financiamento de longo prazo.

Para apurar o grau de endividamento do Estado do Município de Cantagalo, procuramos examinar as movimentações e saldos finais das rubricas que compõem sua Dívida Pública, constituída pelas Dívidas Flutuante e Fundada e os saldos referentes às outras obrigações de curto prazo e longo prazo.

4.1 DÍVIDA FLUTUANTE

Entende-se como Dívida Flutuante, aquela que é contraída por um breve ou determinado período de tempo para atender eventuais insuficiências de caixa, restrita à área nacional, e se caracteriza por indicar débitos de curto prazo, que variam constantemente de valor e cujos pagamentos são realizados por resgates e independentemente de autorização legislativa, sendo compromissos assumidos com amortização inferior a doze meses.

De acordo com o artigo 92 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Dívida Flutuante compreende:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- Os serviços da dívida a pagar;
- Os depósitos; e
- Os débitos de tesouraria¹.

O quadro, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Flutuante no exercício de 2019:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE - EXERCÍCIO 2019					
COMPONENTES	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	DIFERENÇA (2019-2018)	AH% (2019/2018)	% DÍVIDA FLUTUANTE
RESTOS A PAGAR PORCESSADOS	2.249.861,40	2.568.302,21	318.440,81	114%	29%
RESTOS A PAGAR NÃO PORCESSADOS	3.308.374,40	5.373.896,29	2.065.521,89	162%	62%
TOTAL RESTOS A PAGAR	5.558.235,80	7.942.198,50	2.383.962,70	143%	91%
CONSIGNAÇÃO	532.580,82	784.481,06	251.900,24	147%	9%
TOTAL CONSIGNAÇÃO	532.580,82	784.481,06	251.900,24	147%	9%
RPPS	-	-	-	-	0%
TOTAL DEPÓSITOS	-	-	-	-	0%
TOTAL	6.090.816,62	8.726.679,56	2.635.862,94	143%	100%

No exercício de 2019, o saldo inicial da Dívida Flutuante era de R\$ 6.090.816,62, após movimentações ocorridas no exercício, esse valor passou a ser de R\$ 8.726.679,56, com isso, pode-se verificar um acréscimo de 43% em relação ao exercício anterior.

4.2 DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, também conhecida como Consolidada, é aquela que representa um compromisso de valor previamente determinado, garantida por títulos do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, podendo ou não o seu vencimento ser fixado, ou ainda, aquelas assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de financiamentos, e da realização de operações de crédito, sendo a amortização estipulada em prestações parciais, distribuídas em prazos superiores a doze meses, podendo ser interna quando contraída perante credores situados no País, e externa se situados no exterior.

O município de Cantagalo não tem nenhuma inscrição na Dívida Fundada conforme verificado, tanto no exercício anterior, bem como em todos os semestres de 2017, o limite previsto no inciso II, do artigo 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal de 120º da RCL, foi respeitado pelo Município.

4.4 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal, em seu artigo 1º, § 1º, inciso V, conceitua a Dívida Consolidada Líquida como dívida pública, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

A Dívida Consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.

O artigo 3º da Resolução citada estabelece como limite máximo para o montante da dívida consolidada líquida dos Estados o equivalente a duas vezes a receita corrente líquida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2011, que estabelece Normas de Finanças Públicas voltada para a Responsabilidade na Gestão Fiscal determinou, em seu artigo 55, inciso I, que fará parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

elaborado pelo Poder Executivo e obrigatório a todos os Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF.

Abaixo demonstramos o comparativo da Dívida Consolidada Líquida entre os exercícios de 2018 e 2019.

2018		2019					
2º SEMESTRE		1º QUADRIMESTRE		2º QUADRIMESTRE		3º QUADRIMESTRE	
RCL - R\$		RCL - R\$		RCL - R\$		RCL - R\$	
88.179.344,50		90.427.833,90		88.740.541,10		92.069.106,90	
VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%
-9.877.133,60	-11,20%	-14.694.388,30	-16,25	-10.111.054,60	-11,39	-11.932.747,00	-12,96

A Dívida Consolidada Líquida do Município, no exercício de 2019 monta o valor de -R\$ 11.932.747,00, não ultrapassando o limite da Receita Corrente Líquida (R\$ 92.069.106,90), autorizado pelo artigo 3º da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal.

4.5 RESULTADO NOMINAL

De acordo com o artigo 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo do Resultado Nominal deverá fazer parte do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada exercício.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzindo os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Por tanto, podemos dizer que o resultado Nominal representa, em suma, o acréscimo ou redução da dívida fiscal líquida de um ente.

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do exercício corrente e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

A meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, para o exercício de 2019, foi de -R\$ 484.076,10, isso significa, que este é o limite máximo de acréscimo da Dívida Fiscal Líquida previsto para o exercício.

O quadro, a seguir, demonstrará o comparativo da Dívida Fiscal Líquida entre os exercícios de 2018 e 2019, bem como o Resultado Nominal do Exercício de 2019:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO			
	Em 31/12/2018 (a)	1º Quadrimestre 2019 (b)	1º Quadrimestre 2019 (c)	1º Quadrimestre 2019 (d)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	9.877.133,60	14.694.388,30	10.110.546,60	11.932.747,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.126.131,10	14.803.709,20	10.220.359,90	14.500.241,30
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	2.249.861,50	110.184,90	110.169,30	2.568.358,30
Demais haveres financeiros	864,00	864,00	864,00	864,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.413.472,70	-9.196.943,00		-9.876.523,70
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0		0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0		0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.413.472,70	-9.196.943,00	-10.110.546,60	-9.876.523,70
Dez/2018 até Dez/2019 (d - a)				
RESULTADO NOMINAL				
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				Valor
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-484.076,10

A Dívida Fiscal Líquida do Município, no exercício de 2018, perfaz o montante de -R\$ 9.876.523,70 e, em relação ao exercício de 2017, ela sofreu um acréscimo de -123,78%.

O Resultado Nominal apurado -(R\$ 5.463.051,00) excedeu a meta fixada na LDO para o exercício de 2017 em -(R\$ 5.377.261,00), que corresponde a 6.267,3,3% da meta fixada.

4.6 - Avaliação do Cumprimento das Metas previstas no Plano Plurianual, a Execução dos Programas de Governo e do Orçamento

4.6.1 - Metas Fiscais

O Anexo Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, onde estão estabelecidas metas anuais, relativas a receitas, despesas resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (LC 101/00 – Art.4º)

4.6.2 - Metas de Resultado Primário e Resultado Nominal

Apresentamos a seguir quadro contendo as metas em valores nominais previstas as respectivas execuções verificadas no exercício financeiro de 2019, em atendimento ao inciso I, artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

DESCRIÇÃO	ANEXO DE METAS (valores nominais)	RREO 6º BIM./19
Receitas	88.481.400,00	101.388.889,30
Despesas	88.481.400,00	98.729.921,20
Resultado Primário	1.140.080,50	2.357.519,10
Resultado Nominal	-484.076,10	-54.565,50
Dívida Consolidada Líquida		-11.932.747,00

4.7 - CUMPRIMENTO DO PLANO PLURIANUAL

As metas previstas no PPA 2018/2021 estão sendo realizadas em sua maioria de acordo com o previsto.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

No que diz respeito em específico ao exercício de 2019, as ações foram executadas quase totalmente em conformidade com o disposto na LDO. Foram poucas aquelas executadas parcialmente ou não executadas. Naturalmente, a regra foi a execução de acordo com o planejamento, sendo que as execuções parciais ou não execuções, foram apenas algumas exceções, pois é notório que dificilmente a mencionada execução se dá na plenitude em acordo com a previsão da LDO, pois no transcorrer do exercício, para o qual a LDO se refere, na maioria das vezes surgem situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

Quanto ao cumprimento dos programas de governo e suas ações, estas alcançaram, no exercício que se encerrou em 31.12.2019, a execução orçamentária, com recursos investidos em cada programa de governo visando atingir os indicadores de desempenho propostos.

Verificamos, então, que durante a execução do orçamento para o exercício de 2019, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2018/2021, ficando assim cumpridas as metas estabelecidas.

O Executivo Municipal, cumpriu ao disposto no § 4º, do Artigo 9º da LC Federal 101/00, realizando Audiências Públicas nos períodos de fevereiro, maio e setembro/2019.

CAPÍTULO 5

DÍVIDA TIVA

Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores.

O § 2º do artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, classifica os créditos em duas categorias: Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária.

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

(...)

§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

A inscrição em Dívida Ativa é ato jurídico que visa legitimar a origem do crédito em favor da Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de cobrança.

O Estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, com posição em 31/12/2019, foi elaborado em Reais, demonstrados abaixo:

DIVIDA ATIVA 2019				
CONTA CONTÁBIL	SALDO ANTERIOR R\$	INSCRIÇÕES R\$	BAIXAS R\$	SALDO ATUAL R\$
Dívida Ativa Tributária	9.698.414,99	789.743,33	1.177.951,62	9.310.206,70
Dívida Ativa Não Tributária	17.695.626,39	107.736,87	838.591,20	16.964.772,06
SALDO	27.394.041,38	897.480,20	2.016.542,82	26.274.978,76

As contas de dívida ativa tributária e não tributária são destinadas ao registro das inscrições, atualizações e baixas dos créditos devidos à fazenda pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao erário.

Verifica-se uma redução do saldo da dívida ativa na ordem de 4,09% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado acima.

O valor cobrado no exercício de 2019 representou 7,36% do saldo existente em 2018.

DAS RECEITAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

As receitas de competência tributária, diretamente arrecadadas pelo município em comparação ao total da receita corrente, excluídas as do Instituto de Previdência, representaram 8,84% do total, como demonstrado:

Receitas tributárias diretamente arrecadadas	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% Arrecadado (B/A)
ITR diretamente arrecadado	6.240,00	0	0,00%
IPTU	853.000,00	609.178,96	71,42%
IRRF	1.400.520,00	1.680.441,42	119,99%
ITBI	182.980,00	279.253,16	152,61%
ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	3.469.000,00	3.970.082,60	114,44%
Taxas	588.940,00	1.064.353,64	180,72%
Contribuição Melhoria	64.320,00	132.133,32	205,43%
Contribuição de Iluminação Pública - COSIP	865.320,00	1.230.088,72	142,15%
Receita de bens de uso especial	0	0	0,00%
(A) Subtotal	7.350.020,00	8.965.531,82	121,98%
(B) Deduções da Receita	0	0	-
(C) Total dos tributos diretamente arrecadados (A - B)	7.350.020,00	8.965.531,82	94,22%
(D) Total da receita corrente excluído o RPPS		101.388.889,24	
(E) Percentual alcançado (C/D)		8,84%	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL

5.1 CRÉDITOS A RECEBER

CRÉDITOS A RECEBER		
REALIZÁVEL		
	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
REALIZÁVEL:	149.944,31	201.328,62
TOTAL - CRÉDITOS A RECEBER:	149.944,31	201.328,62
TOTAL:	149.944,31	201.328,62

CAPÍTULO 6

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES PARA ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NAS CONTAS DE 2018

Ao emitir o Relatório e Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo referente ao exercício de 2018, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ prolatou 8 (oito) Determinações direcionadas para a administração pública municipal.

Considerando que compete à Controladoria-Geral – CGM, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, apoiar o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ no exercício de sua missão institucional – mandamento previsto na Constituição Federal vigente, em seu artigo 74, inciso IV, esta CGM emitiu instrução através dos memorandos 04, 20,23 e 24/2019, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos alcançados pelas Determinações e Recomendações do TCE/RJ, visando o acompanhamento das ações saneadoras adotadas.

Cabe esclarecer, conforme preconiza o Art. 4.º da citada Instrução Normativa que cabe ao responsável pela elaboração da Matriz de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCEI fazer uma avaliação se as mesmas foram implementadas dentro de seu respectivo órgão ou entidade, devendo para isso utilizar-se das categorias estabelecidas na referida norma: implementada, parcialmente implementada, em implementação e não implementada.

Dessa forma, visou a Controladoria-Geral, colher informações sobre as providências dadas pelo Poder Executivo às Determinações prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado, apresentar de forma consolidada e transparente as informações prestadas pela Administração Pública do Poder Executivo que se fazem contidas neste capítulo.

Anexo ao Relatório, através do quadro 22, apresentamos o elenco das providências adotadas, determinações/recomendações para o cumprimento das Determinações do TCE/RJ do Exercício de 2018.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CONTROLADORIA GERAL**

CAPÍTULO 7

CONCLUSÃO

A Controladoria-Geral, conforme disposto no parágrafo 2.º do artigo 36 da Lei Complementar nº 63, de 1.º de agosto de 1990, elaborou o presente relatório visando cumprir uma das suas tarefas precípua que é o relato das contas do governo, no qual buscamos verificar o cumprimento das metas estabelecidas para as ações governamentais.

Por fim, esperamos ter fornecido elementos para auxiliar na avaliação das Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do exercício de 2019.

MARILDA GUIMARÃES LIMA

Controladora Geral

Contadora

Mat. N.º 204.302-5

CRC-RJ n.º 082542/0-8